

Demonstrações Financeiras

Energética Serra da Prata S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

INDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
1. INFORMAÇÕES GERAIS	6
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS	13
6. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	13
7. IMOBILIZADO	14
8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	15
9. FORNECEDORES	15
10. FINANCIAMENTOS	15
11. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS.....	16
12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS	16
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
14. RECEITA LÍQUIDA	17
15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)	18
16. RESULTADO FINANCEIRO	18
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	19
19. COBERTURA DE SEGUROS	21



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9000
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Energética Serra da Prata S.A.
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas, por outro auditor independente que emitiu relatório em 12 de maio de 2017, com opinião sem modificação e contendo ênfase referente a depreciação de bens do ativo imobilizado da Companhia destinados a atividade de geração de energia no regime de produção independente.

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações de lucros do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 bem como as destinações do resultado daquele exercício, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pela Administração em 12 de maio de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 05 de outubro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.685	7.050	Fornecedores	9	1.165	2.835
Contas a receber de clientes	4	5.226	4.161	Financiamentos	10	7.347	6.470
Outros créditos		360	443	Tributos a recolher		350	420
Total do ativo circulante		<u>16.271</u>	<u>11.654</u>	Dividendos a pagar	13.2	15.021	5.868
NÃO CIRCULANTE				Contas a pagar Eletrobras	11	27.383	25.293
Cauções e depósitos vinculados	5	11.361	16.608	Provisão para custos socioambientais	12	1.014	1.014
Partes relacionadas	8	44.633	34.827	Outras contas a pagar		84	193
Tributos diferidos	6	1.441	1.753	Total do passivo circulante		<u>52.364</u>	<u>42.093</u>
Outros créditos		25	25	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	<u>155.558</u>	<u>161.106</u>	Financiamentos	10	<u>70.441</u>	<u>77.994</u>
Total do ativo não circulante		<u>213.018</u>	<u>214.319</u>	Total do passivo não circulante		<u>70.441</u>	<u>77.994</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>229.289</u></u>	<u><u>225.973</u></u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
				Capital social		87.720	87.720
				Reservas de lucros		<u>18.764</u>	<u>18.166</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>106.484</u>	<u>105.886</u>
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>229.289</u></u>	<u><u>225.973</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	14	36.192	35.318
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações	7, 15	(5.530)	(5.528)
Custo de operação		(11.254)	(16.692)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(638)	(694)
Total	15	(17.422)	(22.914)
LUCRO BRUTO		18.770	12.404
DESPESAS			
Gerais e administrativas	15	(1.755)	(1.548)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		17.015	10.856
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		4.179	5.207
Despesas financeiras		(6.499)	(9.210)
Total	16	(2.320)	(4.003)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.695	6.853
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.583)	(2.875)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.1	(144)	37
Total	17	(2.727)	(2.838)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.968	4.015
Lucro básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)		0,14	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	11.968	4.015
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>11.968</u>	<u>4.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		87.720	4.454	13.512	-	105.686
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.015	4.015
Constituição de reserva legal		-	200	-	(200)	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(3.815)	(3.815)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		87.720	4.654	13.512	-	105.886
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.968	11.968
Constituição de reserva legal		-	598	-	(598)	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(11.370)	(11.370)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		87.720	5.252	13.512	-	106.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		11.968	4.015
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	7, 15	5.530	5.528
Encargos sobre mútuo (líquido)	8, 16	(2.681)	(2.385)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7	18	3
Juros sobre financiamentos	10.1, 16	6.395	6.898
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	16	(1.498)	(2.822)
Atualização e provisão líquida Eletrobras	11.1	5.267	7.439
Tributos diferidos	6.1	312	(80)
Provisão para custos socioambientais	12	-	1.014
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(1.065)	(1.347)
Outros créditos		83	95
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.670)	587
Tributos a recolher		1.309	733
Contas a pagar Eletrobras	11.1	(3.177)	(2.814)
Outras contas a pagar		(109)	193
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.379)	(1.379)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	10.1	(6.395)	(6.898)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>12.908</u>	<u>8.780</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Cauções e depósitos vinculados		6.745	7.500
Partes relacionadas		(7.125)	391
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		<u>(380)</u>	<u>7.891</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	13.2	(2.217)	(4.000)
Pagamento de financiamentos	10.1	(6.676)	(6.298)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(8.893)</u>	<u>(10.298)</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>3.635</u></u>	<u><u>6.373</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	7.050	677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	10.685	7.050
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>3.635</u></u>	<u><u>6.373</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidroelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual R\$	Atualizado R\$	Inicial	Final		
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	255,40	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	255,40	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	255,40	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

1.1. Repactuação do risco hidrológico

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico, em 15 de janeiro de 2016, referente às PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 10,51 R\$/MWh (data-base de janeiro de 2016 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs foi registrado como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020.

No exercício de 2017, foi reconhecido no resultado o montante de R\$1.376 (R\$2.484 em 2016), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 05 de outubro de 2018.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 18)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações

reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria as aplicações financeiras (nota explicativa 3).

b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2017:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 3);
- Contas a receber de clientes (nota explicativa 4);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 5); e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 8).

c) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 9);
- Financiamentos (nota explicativa 10); e
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 11).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica.

2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.5. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o

imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4.2. Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 12.

2.5 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1 de janeiro de 2017.

a) Em vigor a partir de janeiro de 2017:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 32 - Impostos sobre receitas	Esclarece o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.
Alterações ao CPC 03 - Fluxo de caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.
Alterações ao CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades	Ciclos de melhorias anuais 2015 - 2

A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

- Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

- Perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais - *impairment*

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Essa alteração do modelo, tem como objetivo reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

De acordo com a norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data do relatório; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

- Passivos financeiros

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes.

A Companhia avaliou e entende que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48.

CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 foi emitido em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com os CPCs. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento das receitas exigidas pelo CPC 47 em relação aos serviços nos segmentos de geração e comercialização de energia.

c) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06-R2 foi emitido em janeiro de 2016, e estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Durante o exercício de 2018, a Companhia avaliará o efeito potencial do CPC 06-R2 nas suas demonstrações financeiras, mas não tem expectativa de que produzirá impactos significativos.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bancos conta movimento	8	1.004
Aplicações financeiras	<u>10.677</u>	<u>6.046</u>
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>10.685</u>	<u>7.050</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 50% até 69,53% (2016 – de 82% até 98%) do CDI – Certificado de depósito interbancário.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S/A	<u>5.226</u>	<u>4.161</u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Não circulante	<u>11.361</u>	<u>16.608</u>

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98,5% do CDI, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS diferido	139	169
COFINS diferida	643	781
IRPJ diferido	428	621
CSLL diferida	<u>231</u>	<u>182</u>
Total	<u>1.441</u>	<u>1.753</u>

Os tributos diferidos foram constituídos em função da diferença na receita entre a energia gerada e a efetivamente faturada.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

6.1 Movimentação dos tributos diferidos

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	766	907	1.673
Movimentação líquida	37	43	80
Saldo em 31 de dezembro de 2016	803	950	1.753
Movimentação líquida	(144)	(168)	(312)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>659</u>	<u>782</u>	<u>1.441</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificação entre contas	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado em serviço									
Custo									
Geração									
Terrenos		595	-	-	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	-	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	-	46.336	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	3%	65.037	-	-	65.037	-	(18)	(7)	65.012
Móveis e utensílios	10%	145	-	(3)	142	-	-	-	142
Equipamentos de informática	16%	247	-	-	247	-	-	-	247
Outros	14%	15	-	-	15	-	-	-	15
Administração									
Equipamentos de informática	16%	18	-	-	18	-	-	-	18
		208.190	-	(3)	208.187	-	(18)	(7)	208.162
Estoques									
Almoxarifado geral		21	-	-	21	-	-	(21)	-
Total		208.211	-	(3)	208.208	-	(18)	(28)	208.162
(-) Depreciação									
Geração									
Reservatórios, barragens e adutoras		(16.674)	(2.206)	-	(18.880)	(2.012)	-	(277)	(21.169)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(9.390)	(1.263)	-	(10.653)	(1.263)	-	15	(11.901)
Máquinas e equipamentos		(15.149)	(2.044)	-	(17.193)	(2.238)	-	280	(19.151)
Móveis e utensílios		(94)	(12)	-	(106)	(12)	-	8	(110)
Equipamentos de informática		(239)	(2)	-	(241)	(5)	-	2	(244)
Outros		(10)	(1)	-	(11)	-	-	-	(11)
Administração									
Equipamentos de informática		(18)	-	-	(18)	-	-	-	(18)
Total		(41.574)	(5.528)	-	(47.102)	(5.530)	-	28	(52.604)
Total do imobilizado em serviço		<u>166.637</u>	<u>(5.528)</u>	<u>(3)</u>	<u>161.106</u>	<u>(5.530)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>155.558</u>

As imobilizações em serviço estão representadas por ativos de geração de energia elétrica, composto basicamente dos ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2;

A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Espra no âmbito do financiamento com o Banco do Nordeste - BNB.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil e a depreciação dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas são utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a revisão do valor recuperável do seu ativo imobilizado utilizando como premissa o método do valor em uso dos ativos e a taxa de desconto real (WACC) par trazer a valor presente os fluxos de caixa foi de 7%. Como resultado a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Resultado financeiro	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mútuo				
Renova Energia S.A.	624	-	79	-
Renova Comercializadora de Energia S.A.	44.009	34.827	2.602	2.385
	<u>44.633</u>	<u>34.827</u>	<u>2.681</u>	<u>2.385</u>
	Passivo		Despesa	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Rateio de despesa				
Renova Energia S.A.	84	105	(1.557)	(105)

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2017 assim como as transações que afetaram o resultado do exercício de 2017 e 2016 são relativos a operações com partes relacionadas sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a., decorrentes de transações com sua controladora indireta Renova Energia S.A. ("Renova Energia"), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, que rateia esse gasto entre suas controladas diretas e indiretas.

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores	<u>1.165</u>	<u>2.835</u>

Os fornecedores são formados principalmente por valores gastos com manutenção e custos de operação.

10. FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	7.347	6.470
Não Circulante	70.441	77.994
Total	<u>77.788</u>	<u>84.464</u>

A Companhia, com interveniência da controladora Enerbras, obteve financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota explicativa 5).

10.1 Movimentação:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo Inicial	84.464	90.762
Encargos financeiros provisionados	6.395	6.898
Encargos financeiros pagos	(6.395)	(6.898)
Amortização de financiamento	(6.676)	(6.298)
Saldo final	<u>77.788</u>	<u>84.464</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2019	7.433
2020	7.900
2021	8.394
2022 a 2026	<u>46.714</u>
Total	<u>70.441</u>

11. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Eletrobras	<u>27.383</u>	<u>25.293</u>

O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

11.1 Movimentação

	Movimentação do passivo							
	<u>31/12/2015</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2017</u>
ELETROBRAS	<u>20.668</u>	<u>5.301</u>	<u>2.138</u>	<u>(2.814)</u>	<u>25.293</u>	<u>5.267</u>	<u>(3.177)</u>	<u>27.383</u>

12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para custos socioambientais	<u>1.014</u>	<u>1.014</u>

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisão para compensação ambiental baseado em norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante aos órgãos reguladores.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$87.720 e está representado por 87.810.191, sendo 85.171.811 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.638.380 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Enerbras Centrais Elétricas S.A..

13.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os valores apropriados para as reservas de lucros são determinados da seguinte forma:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- O restante será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram propostos dividendos no valor de R\$11.370 (2016, R\$ 3.815):

	<u>31/12/2015</u>	<u>Dividendos</u>		<u>31/12/2016</u>	<u>Dividendos</u>		<u>31/12/2017</u>
		<u>Propostos</u>	<u>Pagos</u>		<u>Propostos</u>	<u>Pagos</u>	
Dividendos a pagar	<u>6.053</u>	<u>3.815</u>	<u>(4.000)</u>	<u>5.868</u>	<u>11.370</u>	<u>(2.217)</u>	<u>15.021</u>

14. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>
Geração/disponibilização energia				
Suprimento de energia elétrica	118.531	37.765	107.544	36.612
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.573)		(1.294)
Total		<u>36.192</u>		<u>35.318</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(540)	-	(540)	(648)	-	(648)
Taxa de fiscalização	(98)	-	(98)	(46)	-	(46)
	<u>(638)</u>	<u>-</u>	<u>(638)</u>	<u>(694)</u>	<u>-</u>	<u>(694)</u>
Serviços de terceiros	(9.430)	(191)	(9.621)	(13.121)	(402)	(13.523)
Depreciação	(5.530)	-	(5.530)	(5.528)	-	(5.528)
Repactuação do risco hidrológico (nota 1.1)	(1.376)	-	(1.376)	(2.484)	-	(2.484)
Material de uso e consumo	(154)	(26)	(180)	(542)	(24)	(566)
Seguros	(283)	(4)	(287)	(534)	-	(534)
Aluguéis e arrendamentos	(11)	(111)	(122)	(11)	(20)	(31)
Pessoal e administradores	-	(1.824)	(1.824)	-	(455)	(455)
Impostos e taxas	-	(25)	(25)	-	(292)	(292)
Outras	-	426	426	-	(355)	(355)
	<u>(16.784)</u>	<u>(1.755)</u>	<u>(18.539)</u>	<u>(22.220)</u>	<u>(1.548)</u>	<u>(23.768)</u>
Total	<u>(17.422)</u>	<u>(1.755)</u>	<u>(19.177)</u>	<u>(22.914)</u>	<u>(1.548)</u>	<u>(24.462)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.498	2.822
Juros - mútuo (nota 8)	2.681	2.385
Total das receitas financeiras	<u>4.179</u>	<u>5.207</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (nota 10)	(6.395)	(6.898)
Atualização monetária	-	(2.130)
IOF	(28)	(28)
Outras	(76)	(154)
Total das despesas financeiras	<u>(6.499)</u>	<u>(9.210)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(2.320)</u>	<u>(4.003)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Base de cálculo presumido	37.765	36.612	37.765	36.612
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	3.021	2.929	4.532	4.393
Outras receitas	4.669	5.101	4.669	5.101
Base de cálculo	7.690	8.030	9.201	9.494
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%
Total	<u>(1.923)</u>	<u>(2.008)</u>	<u>(828)</u>	<u>(854)</u>
Desconto excedente a R\$ 240 ano	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(1.899)</u>	<u>(1.984)</u>	<u>(828)</u>	<u>(854)</u>

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor Contábil	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.004	8	1.004
Aplicações financeiras	10.677	6.046	10.677	6.046
Contas a receber de clientes	5.226	4.161	5.226	4.161
Não circulante				
Partes relacionadas	44.633	34.827	44.633	34.827
Cauções e depósitos vinculados	11.361	16.608	11.361	16.608
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.165	2.835	1.165	2.835
Financiamentos	7.347	6.470	7.347	6.470
Não circulante				
Financiamentos	70.441	77.994	70.441	77.994

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2017				31/12/2016			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	8	1.004	-	-	1.004
Aplicações financeiras	-	10.677	-	10.677	-	6.046	-	6.046
Contas a receber de clientes	5.226	-	-	5.226	4.161	-	-	4.161
Não circulante								
Cauções e depósitos vinculados	11.361	-	-	11.361	16.608	-	-	16.608
Partes relacionadas	44.633	-	-	44.633	34.827	-	-	34.827
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	-	1.165	1.165	-	-	2.835	2.835
Financiamentos	-	-	7.347	7.347	-	-	6.470	6.470
Não circulante								
Financiamentos	-	-	70.441	70.441	-	-	77.994	77.994

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui como contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía risco de mercado, uma vez que a taxa do financiamento captado é pré-fixada.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização das obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo:

	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros pré-fixada					
Financiamentos	2.077	5.270	32.644	37.797	77.788

e) Risco de crédito

Ativos financeiros	Nota	Valor contábil	
		31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Contas a receber de clientes	4	5.226	4.161

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia

pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida de financiamentos	77.788	84.464
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(10.685)	(7.050)
Dívida líquida	67.103	77.414
Patrimônio líquido	106.484	105.886
Índice de alavancagem financeira - %	63%	73%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez hidrológica

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota 1 duas das três PCHs da Companhia optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

19. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco de operação com coberturas de seguros contratados pela Companhia.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

<u>Objeto de garantia</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Riscos operacionais	R\$ 205.930	25/10/2017	25/10/2018
Responsabilidade civil	R\$ 30.531	25/10/2017	25/10/2018

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
